

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NO ÂMBITO DA GESTÃO EDUCACIONAL MUNICIPAL: reflexões a partir de um projeto de pesquisa

Kelly Letícia da Silva Sakata
Kelly.sakata@uems.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Camila francisco Ribeiro Ferreira
camilaferreira03121993@gmail.com
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Eixo 1: Estado, Política e Gestão da Educação

Palavras-chave: Gestão Educacional Municipal. Relação Público Privada. Projeto de Pesquisa.

Introdução

O resumo expandido em tela é resultado de estudos iniciais realizados no desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica atrelado à Pesquisa em andamento intitulada “A Gestão Educacional das Redes Públicas Municipais de Ensino de Mato Grosso do Sul: Relação Público Privada em foco” (Sakata, 2023). A referida pesquisa possui como objetivo identificar e analisar a relação entre os Aparelhos Privados de Hegemônia (APHs) e as redes públicas municipais de educação do Estado do Mato Grosso do Sul na gestão destas redes com vistas a definir um perfil de atuação.

Nesse contexto, o presente estudo objetiva discutir a relação público-privada no âmbito da gestão educacional das redes públicas municipais de ensino.

Em linhas entendemos que as Relações público-privadas emergem como resultados de um projeto de sociabilidade neoliberal global da chamada Terceira Via, desde o final dos anos 1990. Neste sentido, há uma direção posta, no Brasil, de um projeto societário pautado pelas leis de mercado e do neoliberalismo, que desobriga o aparelho estatal quanto às realizações de políticas públicas. Este projeto foi posto, especialmente pela publicização, que se iniciou com

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

o aparelho de reformas do Estado. As FASFIL, neste sentido, propagam o discurso de justiça social e uma solução de conciliação entre as esferas pública e privada para conter a crise posta.

Metodologia

A investigação teve como referencial a epistemologia de base marxista. Os dados para a sua realização foram coletados por meio da bibliografia pertinente e do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica apresentado ao PROPPI/UEMS – PIBIC-AAF intitulado “Análises de Teses e Dissertações com foco na Relação Público Privada no âmbito das Gestão Educacional”. Este movimento visa identificar quais pesquisas foram desenvolvidas sobre os municípios de Mato Grosso do Sul no que concerne a relação entre o âmbito público-privado, especificamente, no âmbito da gestão educacional.

A Relação Público-Privada e a Gestão Educacional: a questão dos municípios

No que se refere ao âmbito administrativo municipal, Sakata (2018) pontua que os municípios brasileiros

[...] possuem características específicas, que implicam no âmbito da gestão e do financiamento de suas localidades para a realização da política educacional municipal. Estas características passam pela discussão acerca da constituição legal brasileira enquanto república federativa, da implementação de um SNE, das discussões sobre a constituição histórica do município enquanto ente federado (incluindo os processos de descentralização e municipalização) e pelo regime de colaboração (Sakata, 2018, p. 42).

Nesse contexto identifica-se que a relação entre a Educação, com representação do Estado, e os agentes privados reestruturou-se a partir de 1990, com a reforma gerencial. A partir desta proposição, entendemos que as ações de parceria público-privada no âmbito educacional, em certa medida, estão sendo pensadas de forma global. Estas ações consistem, entre outras, em uma estratégia que visa a “aprendizagem de todos”. A questão que fica é qual tipo de aprendizagem está sendo proposta.

Outrossim, indicamos que os municípios brasileiros, esfera administrativa foco deste projeto, possuem características específicas, que implicam no âmbito da gestão e do financiamento de suas localidades para a realização da política educacional municipal, sendo

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

relevantes para o entendimento da relação público-privada. Estas características passam pela discussão acerca da constituição legal brasileira enquanto república federativa, da implementação de um Sistema Nacional de Educação - SNE, das discussões sobre a constituição histórica do município enquanto ente federado (incluindo os processos de descentralização e municipalização) e pelo regime de colaboração.

Adentrando estas características, ressaltamos que o município foi reconhecido como ente federado, adquirindo consolidação de sua autonomia, somente pela Constituição Federal de 1988 – CF/88. Isto implicou tornar-se ente jurídico com recursos e responsabilidades próprias, organizando-se político-administrativamente. No âmbito educacional, a forma de organização está posta no Artigo 30, VI e no Artigo 211 da CF/88. Este ressalta que os municípios “organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” definindo formas de colaboração junto à União, os Estados, o Distrito Federal e atuarão “prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (Brasil, 1988). A mesma direção normativa está posta na LDB 1996, em seu Artigo 11, a qual trata da incumbência referente aos municípios (Brasil, 1996).

A indicação legal em torno da organização e competência administrativa dos entes federados, no que concerne ao âmbito educacional, passa pela discussão da organização e colaboração entre seus Sistemas de Ensino. Indicamos que o século XIX marca a criação do SNE pelos principais países do globo. Esta organização intencionava a expansão da educação básica e o aumento da qualidade da oferta de ensino às massas populares. Apesar deste movimento, o Brasil não organizou o SNE, principalmente devido ao não compromisso dos governos em ofertar condições de implementação (Sarmiento, 2005; Saviani, 2014; Soares, 2005).

Portanto, importante tencionar que os municípios, como uma instância autônoma, é um tema complexo que necessita de estudos aprofundados para o entendimento de cada realidade, a qual possui especificidades. Para além disso, legalmente, no âmbito educacional, a forma de organização das esferas administrativas, está posta no Artigo 30, VI e no artigo 211 da CF/88. Este ressalta que os municípios “organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino” definindo formas de colaboração junto à União, os Estados, o Distrito Federal e atuarão “prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (Brasil, 1988). A mesma direção normativa está posta na LDB 1996, em seu Artigo 11, a qual trata da incumbência referente aos municípios (Brasil, 1996).

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

No escopo desta discussão, Sakata (2023) ressalta que a relação entre o âmbito público e privado na gestão educacional municipal, especialmente no contexto pós-pandêmico, não esteve separado das disputas alinhadas em projetos societários distintos. A gestão educacional municipal, perpassa a disputa sobre o conteúdo das propostas curriculares e do fundo público. Importante ressaltar que nessa disputa há hegemonia dos grupos privados. Entende-se que esse contexto é decorrente, entre diversos motivos, dos avanços neoliberais e conservadores. Assim a partir desse estudo, e tendo a consciência de que se trata de um ponto de vista epistemológico com desdobramentos metodológicos,

O erro que se incorre frequentemente nas análises teórica-histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediadamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso tem-se excesso de “economicismo” ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de “ideologismo”. Num caso superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual (Gramsci, 2016, p. 38).

Nesse sentido, entende-se que os procedimentos e escolhas metodológicos não se desenvolveram de forma linear, eles serão pautados pela identificação e entendimento sobre o movimento e materialidade do objeto à luz da teoria estudada. Assim, busca-se uma interpretação crítica das categorias que serão identificadas nas pesquisas, bem como dos seus achados e modos epistemológicos. Trata-se, por exemplo, de “entender o significado de determinado discurso contido num documento, nem de reproduzir suas proposições, mas de explicar a que veio” (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 90).

Considerações Finais

Importante retomar que este trabalho é resultado de estudos iniciais desenvolvidos para o Projeto de iniciação científica supracitado no início deste resumo, o estudo será desenvolvido por meio de pesquisas realizadas a partir do contexto do Mato Grosso do Sul.

No decorrer dos nossos estudos iniciais observamos que as relações público-privadas no Brasil se deram a partir de um projeto societário, advindo do neoliberalismo, na qual as

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

políticas públicas não eram postas por aparelhos estatal, devido a essa crise, propagou-se o discurso para conciliação das esferas público-privada, então iremos identificar a relação entre as mesmas no âmbito educacional. Por fim, identificamos que os municípios possuem especificidades quanto ao âmbito da gestão e do financiamento para a realização de sua política educacional, tensionando a ação dos agentes privados nesse contexto.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, LDBEN 9.496/1996.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Subsídios Teórico-Metodológicos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional: Contribuições do Marxismo. In: CÊA, G.; RUMMERT, S. M.; GONÇALVES, L. (Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande do Sul. Ed. da FURG, 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Volume 3**. Maquiavel Notas sobre o Estado e a Política. 7. ed. Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SAKATA, K. L. S. **Programa Gestão para a aprendizagem: a atuação da Fundação Lemann nas políticas de formação em redes municipais de educação**. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

SOARES, M. A. **A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino: Razões e determinações**. 2005, 286f. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. 2005.